

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE, REALIZADA EM 23 DO MÊS SETEMBRO DE 2013.

Aos vinte e tres dias do mês de setembro de dois mil e treze, conforme convocação expedida pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, na Associação Desportiva da Polícia Militar, Rua Caetés, 1205 – no município de Lorena. Estavam presentes os Conselheiros: Ildelfonso Mendes Neto (São Bento do Sapucaí), Antonio Luiz Colucci (Ilhabela), Ernaldo Cesar Marcondes (Aparecida), Edson de Souza Quintanilha (Arapeí), José Nilton Guimarães Costa (Areias), Mirian Ferreira de Oliveira Bruno (Bananal), Marco Antonio Chagas da Silva (Caçapava), João Luiz do Nascimento Ramos (Cachoeira Paulista), Rinaldo Benedito Thimóteo Zanin (Canas), Antonio Carlos da Silva (Caraguatatuba), Ana Karin Dias de Almeida Andrade (Cruzeiro), Osmar Felipe Junior (Cunha), Hamilton Ribeiro Mota (Jacareí), Altomar Machado Mendes Ribeiro (Jambeiro), José Galvão da Rocha (Lagoinha), João Francisco Monteiro Bosse (Lavrinhas), Fabio Marcondes (Lorena), Daniela de Cassia Santos (Monteiro Lobato), Benedito Carlos de Campos Silva (Natividade da Serra), Victor de Cássio Miranda (Paraibuna), Jorge Ricardo Baruki Samahá (Pindamonhangaba), Paulo Noia de Miranda (Piquete), Benito Carlos Thomaz (Potim), Benedito Manoel de Moraes (Redenção da Serra), Jonas Polydoro (Roseira), Clodomiro Correia de Toledo Junior (Santo Antonio do Pinhal), José Milton de Magalhães Serafim (São José do Barreiro), Alex Euzébio Torres (São Luiz do Paraitinga), Geraldo de Oliveira Neto (Taubaté), Marcelo Vaqueli (Tremembé), Mauricio Humberto Fornari Moromizato (Ubatuba), Gicele de Paiva Giudice (Educação), José Fernando Bruno (Energia), Cassio Roberto Armani (SSP), Jovino Paulo Ferreira Neto (SAA), Edmur Mesquita de Oliveira (SDM), Maria Aparecida Silva de Matos (Des. Social), Francisco de Assis Vieira Filho (Habitação), Ailton Barbosa Figueira (Planej. Des. Regional), Fabiano Vanone (SMA), Marco Aurélio (ALESP), Hélio Nishimoto (ALESP) , a fim de tratarem dos assuntos constantes da Ordem do Dia. Registraram-se as ausências dos conselheiros das Secretarias Estaduais: de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Casa Militar, Saúde, Logística e Transportes; das Prefeituras Municipais de Campos do Jordão, Igaratá, Queluz, Santa Branca, São Sebastião, Silveiras. Foram representados os conselheiros: da Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, Sr. Antonio Sérgio; da Prefeitura de São José dos Campos, Sr. Rene Mina Vernice; da Secretaria Estadual da Cultura, Sr. João Manoel da Costa Neto; da Secretaria Estadual da Fazenda, Sr. Antonio Pedro Albernaz Crespo; da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, Secretário-Adjunto Sr. Clóvis Volpi; Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Sr. Nazareno Mostarda Neto; Secretaria

Estadual de Turismo, Sr. Orlando Souza; Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos, Sr. Luis Gustavo Dias. Assinaram também o Livro de Presenças: Sr. Luiz José Pedretti, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte; José Celso Bueno, responsável pelo escritório da Emplasa em São José dos Campos; Deputados Alexandre da Farmácia e Pe. Afonso Lobato. Dando início aos trabalhos o Prefeito de São Bento do Sapucaí, Sr. Ildelfonso Mendes Neto, fez referência ao lançamento do Atlas Digital da RMVale, contendo as Unidades de Informações Territorializadas - UITs, como ferramenta de gestão para o desenvolvimento dos trabalhos da política regional. Em seguida, foi assinada a Resolução Conjunta entre as Secretarias de Desenvolvimento Metropolitano – Sr. Edmur Mesquita e de Energia – Sr. José Fernando Bruno, Subsecretário de Mineração, representando o Secretário de Energia, Sr. José Aníbal, destinada à integração das políticas de desenvolvimento metropolitano e as de energia e mineração. A palavra foi passada ao Sr. José Fernando Bruno, Subsecretário de Mineração da Secretaria Estadual de Energia, que, em nome do Sr. José Aníbal, agradeceu a presença de todos. Ressaltou que o Sr. José Anibal fala da necessidade de um contato mais próximo com os prefeitos da região para que sejam discutidas questões inerentes àquela pasta (energia elétrica, energias renováveis). Daí a assinatura da Resolução Conjunta, cujo teor foi discutido com o secretário Edmur Mesquita, para que se elabore um trabalho específico na questão minerária, especialmente na região do Vale do Paraíba, que fornece 50% do consumo de areia na Região Metropolitana de São Paulo. A RMSP, com seus 39 municípios, consome, por dia, mil carretas de areia, três milhões de toneladas de brita por mês, sem contar a produção de argila, que engloba telha, tijolo e o piso frio. O PIB da capital de São Paulo é também baseado na construção civil e a extração mineral é significativa para o abastecimento da indústria paulista. Com a assinatura dessa resolução, pretende-se pleitear a instalação de uma Câmara Temática de Mineração, para discussão dos conflitos e interesses da mineração na RMVale. Esclareceu, ainda, que o senhor Secretário de Energia determinou que a Subsecretaria fizesse estudo do Ordenamento Territorial Geomineiro, já iniciado para o Litoral Norte e que se estenderá a todo o Vale do Paraíba. Esse estudo será um instrumento para que cada prefeito possa inserir no seu plano diretor, e, a partir daí, fazer uma análise clara sobre o interesse de cada prefeitura na expansão da mineração, bem como definir os critérios que o município entenda de interesse para a mineração. Destacou o interesse da Subsecretaria em coordenar a Câmara. Após agradecimentos, a palavra foi passada ao Secretário Edmur Mesquita que, após cumprimentos, fez considerações a respeito do escopo da resolução, que trata justamente de inserir as áreas

potencialmente produtoras de recursos minerais no planejamento municipal. Disse que a proposta apresentada pelo Sr. Fernando Bruno para criação de câmara temática, vem ao encontro desta visão estratégica na busca das soluções comuns para os problemas comuns. Sugeriu ao presidente do Conselho, Sr. Ildfonso, que colocasse em votação aos membros do Conselho a criação da **Câmara Temática, cuja atribuição será discutir a política de mineração para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Ressaltou que a coordenação deste trabalho seja feita pelo Subsecretário da Secretaria de Energia, Sr. Fernando Bruno, contando também com representantes de cada prefeitura. O Presidente do Conselho de Desenvolvimento, Sr. Ildfonso, colocou em votação a aprovação da ata da reunião anterior, foi aprovada por unanimidade e submeteu à apreciação de todos a criação da Câmara Temática de Mineração, que também foi aprovada por unanimidade. O Sr. Luiz José Pedretti, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento da RRMVale discorreu sobre o lançamento do Atlas Digital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, elaborado por intermédio de tecnologia desenvolvida pela Emplasa. Esclareceu que, durante quase um ano, os técnicos da Emplasa, percorreram os 39 municípios da RNVale, onde foram realizados os levantamentos necessários, trabalhando com uma série de indicadores, tais como : uso e ocupação do solo, saneamento básico, transportes, emprego e renda. Analisaram-se também as potencialidades, dificuldades, barreiras e existentes nesta região. Este instrumento de planejamento objetiva à capacitação dos agentes municipais, além dos agentes do estado, no que se refere ao planejamento nos âmbitos municipal e regional. Destacou que essa ferramenta implica racionalizar o uso de recursos públicos quanto à sua aplicação e resolução de problemas existentes. Anunciou que, em breve, a Emplasa realizará cinco oficinas de capacitação, uma em cada sub-região da RMVale, destinadas aos funcionários das prefeituras. O Secretário Edmur Mesquita informou que a Emplasa é a responsável pela elaboração do projeto do videomonitoramento para a RMVale, RMCampinas, AU Jundiaí e RM Baixada Santista, em virtude um termo de cooperação técnica que será assinado na próxima reunião do Gamesp em Guaratinguetá. Serão destinados um milhão de reais para elaboração do projeto para toda a região, na área da segurança pública, e, especificamente, na elaboração das propostas de videomonitoramento. A Emplasa irá sistematizar as propostas que foram elaboradas por cada uma das prefeituras. Ainda, na área de segurança pública, será definida uma ação estratégica, no que diz respeito a ações preventivas. As Secretarias de Cultura, Esportes e Desenvolvimento Social terão papel fundamental na elaboração de programas para esta região, especialmente no que diz respeito aos adolescentes que estejam em áreas de

vulnerabilidade social. Outro tema abordado foi a parceria firmada entre a Emplasa e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para o levantamento dos 21 municípios cuja economia dificulta seu processo de crescimento. Esclareceu que, no programa, foram destacados três eixos, nas áreas de **agricultura, turismo, e cultura**. Informou sobre a negativa da Anatel quanto ao pleito de isenção de tarifa de interurbano na RMVale. A Anatel alega a necessidade de alteração no contrato de concessão das empresas que operam o sistema e que isso será possível em 2015, após audiências públicas. Como houve precedentes em outras regiões do país, na concessão desse benefício, independentemente da realização de audiências públicas, o Secretário Edmur Mesquita fez a leitura do novo ofício a ser encaminhado ao presidente da Anatel. A palavra foi passada ao Sr. Antonio Carlos da Silva, prefeito de Caraquatatuba, que expressou sua preocupação a respeito de questões relativas ao monitoramento e manutenção da iluminação pública. O Prefeito Fábio Marcondes, do município de Lorena, fez considerações a respeito do ativo das empresas concessionárias de energia que, a partir de 15 de janeiro, passarão a ser de responsabilidade das prefeituras (expansão, iluminação pública etc). Expressou a preocupação de todos, em face do curto espaço de tempo e a falta de capacitação técnica. O presidente do Conselho, Sr. Ildfonso, passou a palavra ao diretor de concessionárias da prefeitura de São José dos Campos, Sr. Renê Mina Vernice, que representou o prefeito Carlinhos de Almeida. Este esclareceu que a concessionária passará para os municípios: o braço da luminária, o seu reator, a sua luminária, a lâmpada, e os fios. Em seu entendimento, o problema será repassado para o município e a concessionária ficará com todo o benefício. Disse ter sido funcionário na concessionária Bandeirantes durante 23 anos e conhece bem o sistema. Hoje, a concessionária está protegida pela resolução da Aneel, e pelo artigo 155 da Constituição Federal, que tira dela todo o compromisso de tributos e permissão de uso do solo. Na sua opinião, é um problema sério, porque essa isenção se baseava no princípio de que a infraestrutura era utilizada para o serviço fim, o que não acontece mais. Citou que a prefeitura de São José dos Campos tem tido um custo muito alto, pois paga às concessionárias pela utilização da infraestrutura (fibras óticas, uso de câmaras). Acredita que caberia ser rediscutida a questão do uso do solo, pois a prefeitura poderia utilizar essa infraestrutura, esse posteamento e, então, colocar suas câmeras de vídeo, alugar a infraestrutura para obter recursos para o município. Considerou que esse assunto é muito delicado e que hoje existem duas opções : uma PPP de longo prazo, ou a contratação de uma empresa, o que poderia gerar um acréscimo de até 60% no custo da iluminação pública hoje. Acrescentou que todo posteamento foi pago por um empreendedor, ou pela

própria prefeitura, e foi doado à concessionária. Ou seja, há uma distorção no processo. O prefeito de Ilha Bela, Sr Antonio Colucci, expôs, ainda, a respeito da audiência pública, ocorrida em agosto, na Câmara De Deputados, em Brasília, onde se discutiu a questão da iluminação pública e suas experiências com a municipalização. A prefeita de Cruzeiro, Sra Ana Karin, ressaltou que o tema 'iluminação pública' vem sendo discutido com a participação da Secretaria de Energia do Estado. Foi elaborado um documento que será entregue, na próxima reunião do Codivap, aos prefeitos, de forma que a população, presidentes de câmaras e vereadores possam ser esclarecidos a respeito do tema e, dessa maneira, amplia-se a discussão. O Sr. Renê Mina lembrou a importância de se levar em consideração que, antes do repasse dos ativos, era preciso que cada município fizesse uma auditoria da sua energia elétrica. Citou que Jacareí fez essa auditoria e obteve quase 20% de diminuição na sua conta de luz. São José dos Campos, fazendo uma pequena auditoria, tem hoje uma economia que já chega a 5% . As classificações das instalações elétricas de cada município apresentam inconsistências, no caso da Bandeirantes Energia. O prefeito de Caraguatatuba, Antonio Carlos, observou que há dois anos e meio, mais ou menos, eles devolveram para a prefeitura quase 900 mil reais, que estavam sendo cobrados indevidamente. O Sr. Idelfonso ressaltou que o assunto é longo e o problema maior ainda. Ressaltou a importância de uma pressão política organizada. Com a palavra, o Secretário-Adjunto de Esportes, senhor Clovis Volpe passou aos conselheiros os informes a respeito da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, que tem sido pouco utilizada pelas prefeituras. Elaborada em 2010, essa lei permitiu disponibilizar, em 2013, cerca de 80 milhões de reais para sua utilização, porém, as prefeituras não apresentaram projetos. Atualmente, as empresas inscrevem-se na Secretaria de Fazenda do Estado, após a análise das suas contas e da sua solicitação, são liberadas para contribuir em até 3% da cota do ICMS, e passam a patrocinar eventos esportivos. Destacou que apenas uma prefeitura utilizou, nesses quatro anos, os recursos disponibilizados pela Lei. Cidades que têm empresas no seu entorno, ou no seu município, têm muito mais facilidade, porque, evidentemente, acabam convencendo a empresa a aderir ao programa e contribuir com até 3% de ICMS, recurso do estado. Ela faz a doação, ou faz alocação do recurso, diretamente à conta vinculada junto às prefeituras. O presidente do Conselho de Desenvolvimento agradeceu a explanação e deu a palavra ao Deputado Marco Aurélio que lamentou a extinção da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. Solicitou ao Dr. Edmur cópia do documento entregue à Anatel para que os deputados possam reiterar o pedido via Assembléia Legislativa. Sugeriu, ainda e sob avaliação, que fosse aberto, no início das reuniões do Conselho, um espaço para o presidente do Codivap ser o portador

das pautas já discutidas nas reuniões do consórcio. Lembra que o Consórcio tem uma força muito grande e que vários assuntos e questões já discutidos no Codivap poderiam ser canalizados no Conselho. Frisou, também, a importância da criação da Agência Metropolitana. Informou que o governador deverá encaminhar à Assembléia, até 30 de setembro, projeto de Lei para o Orçamento de 2014 e que o Deputado Hélio Nishimoto conseguiu aprovar uma emenda na LDO para que haja recursos públicos na lei orçamentária anual. Disse ser importante que, no projeto de lei, estivesse um valor reservado especificamente para a região metropolitana, de tal modo que este conselho pudesse ter uma certa autonomia sobre os recursos financeiros. A palavra é passada ao Deputado Hélio Nishimoto que, após saudações, elogiou os trabalhos desenvolvidos por intermédio do Conselho de Desenvolvimento, a criação de Câmaras Temáticas e o projeto de videomonitoramento. Salientou a importância do apoio dos deputados para que esses trabalhos melhorem a cada dia. Expressou sua indignação, principalmente com relação às agências reguladoras. A Aneel e os encargos que serão acarretados aos municípios e a Anatel que alegou ter que esperar até 2016 para que se façam as audiências públicas. O prefeito Hamilton Ribeiro Mota, Jacareí, propôs duas ações urgentes: uma ação conjunta no campo político (Codivap, Conselho de Desenvolvimento e Deputados), para a elaboração de um documento com informações técnicas, sobre a situação da iluminação pública (solicitou ajuda do Sr. Renê) e, posteriormente, entregá-lo ao Governo Federal, Agências, Ministério de Minas e Energia, Governo Federal, presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado, ou seja, ter uma ação política ampla diante do problema a ser enfrentado na questão da iluminação pública. E, no campo jurídico, uma ação na justiça, coletivamente, para demonstrar força. Agradeceu ao Sr. Pedretti pela entrega do Atlas. Elogiou o trabalho, bem elaborado, refletindo a realidade da região sobre todas as variáveis social, econômica e de infraestrutura. Disse que, com base no que está apontado no Atlas, é preciso transformar diagnóstico e informação em ação, para que não fique a sensação de que o trabalho leve apenas à reflexão, ao diagnóstico, mas não a uma ação concreta. O prefeito de Ilha Bela, Antonio Luiz Colucci informou que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo uma PEC que cria os municípios de interesse turístico. Fez considerações sobre a importância das cidades que poderão estar classificadas como estância turística e dos recursos oriundos do DADI. Quanto à questão da iluminação pública disse que a maioria dos estados brasileiros já migrou para esse modelo novo. Considera importante a mobilização política, mas não acha que seja o suficiente. Sugere ação na esfera judicial, com pedido de liminar que impeça a entrega desse parque de iluminação. Disponibilizou o modelo da ação na Apresesp. O Secretário

Edmur Mesquita passou alguns informes sobre a entrega ao governador da proposta do Projeto de Lei Complementar que cria a Agência Metropolitana da RM Vale, sob análise de sua Assessoria Jurídica e que, brevemente, será enviado à Assembleia Legislativa. Citou a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Emplasa, coordenados pelo Sr. Pedretti, sobre as UIT's, o projeto de videomonitoramento, como também, o programa de ações sociais dos 21 municípios mais empobrecidos desta região. Esses trabalhos servem como bússola para as ações futuras. Sobre o processo de extinção da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano informou ter sido decisão adotada pelo Governador, em processo de reestruturação da Administração Pública do Estado, com vistas à economia. Destacou que os trabalhos desenvolvidos não sofrerão interrupção. O Governador já está estudando medidas que serão adotadas por intermédio da edição de um decreto que irá conferir à Casa Civil suas novas atribuições, incluindo o trabalho desempenhado pela Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. Considerou que o Governador está chamando para o seu gabinete a responsabilidade de definir em conjunto com prefeitos e agentes públicos as metas e as prioridades das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas. Agradeceu aos presentes, passando a palavra ao prefeito anfitrião, Fábio Marcondes, que observou a eminência de uma crise de iluminação pública nas pequenas cidades que acarretará problemas relativos à segurança pública. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata.